

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 395/2021 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021

ABERTURA: 25/01/2022 às 14:00 horas

JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

I. DO PREÂMBULO

1.1. O Município de Itajubá, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 433/2021, torna público que fará realizar **Concorrência Pública, Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL, Regime de Execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, cuja Documentação e Propostas de Preços deverão ser entregues na data, local e horário abaixo mencionados:

LOCAL DO CERTAME: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ
(sala de reuniões – Departamento de Licitações)

DATA: 25/01/2022

HORÁRIO: 14:00 horas (tolerância de 5 minutos)

1.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

1.3 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação a presente Concorrência Pública, ou ainda, para impugnar este edital, desde que o faça com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis da data fixada para recebimento dos envelopes de propostas, observado o disposto no §1º do art. 41 da Lei 8.666/93.

1.4 Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designado nova data para a realização do certame.

1.5 A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar do certame até o trânsito em julgado da decisão.

1.6 As impugnações deverão ser feitas mediante petição a ser enviada para o e-mail (licitaitajuba@gmail.com), **com assinatura digital**, ou protocolizadas no Serviços de Protocolo do Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves, situado na Avenida Doutor Jerson Dias, nº. 500, Bairro Estiva, Município de Itajubá/MG dirigidas ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 3 (três) dias úteis, auxiliado pelo setor técnico competente.

1.7 A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pelo licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

1.8 O Município não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo(a) Presidente da Comissão Permanente de Licitações, e que, por isso, sejam intempestivas.

1.9 A decisão do(a) Presidente da Comissão Permanente de Licitações será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o prazo para resposta descrito no item 1.6, e será divulgada no site deste Município para conhecimento de todos os interessados.

II - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE EXTENSÃO E MANUTENÇÃO DE REDE, AMPLIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TECNOLOGIA DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, NO MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ/MG, a ser analisado e julgado **no dia 25/01/2022 às 14:00 horas**, no Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves, situado na Avenida Doutor Jerson Dias, nº. 500, Bairro Estiva, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais.

III - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Que tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;

3.2 Que atendam a todas as exigências deste edital;

3.3 É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, devendo a mesma apresentar:

- a. certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório nos termos das Leis 8.666/93 ou
- b. Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

Não poderão participar da licitação:

- a. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas de acordo com o previsto no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e que não tenha a sua idoneidade restabelecida;
- b. Empresa com falência decretada;
- c. Suspensa ou impedida de licitar/contratar com o Município de Itajubá/MG, de acordo com o previsto no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.
- d. Entre os seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis e técnicos, haja alguém com vínculo empregatício com o Município de Itajubá/MG ou com parentesco com os servidores responsáveis pela contratação.
- e. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste certame.
- f. Empresas cujo dirigente ou sócio majoritário, participe como acionista, procurador ou representante legal de outra do mesmo ramo, também concorrente nesta licitação.

Credenciamento

- 1. Na sessão de abertura dos envelopes ou em outra que se fizer necessária, cada licitante será representada por apenas uma pessoa que, devidamente munida de documento hábil, será admitida a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a cédula de identidade.
- 2. O credenciamento (Anexo I) deverá ser apresentado à Comissão de Licitações, fora dos envelopes, no início da sessão designada no preâmbulo.

Por documento hábil entende-se:

- 1. Carta de Credenciamento específica para a presente licitação, com firma reconhecida do outorgante no Cartório (**MODELO ANEXO I**). Neste caso, será necessário a apresentação do contrato social para a confirmação da condição

- de outorgante ou **Procuração Pública**, com poderes para representá-la em qualquer procedimento licitatório;
2. Quando se tratar de Titular, Diretor ou Sócio da licitante, deverá ser apresentado documento comprobatório de sua capacidade para representá-la (ex.: contrato social, cópia de ata, procuração).
 3. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de fotocópia autenticada em cartório ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, desde que perfeitamente legíveis, preferencialmente para agilizar os procedimentos que estejam numerados e na ordem prevista neste Edital, **a licitante poderá ainda autenticar as fotocópias dos documentos na Secretaria Municipal de Planejamento, lotada no Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves, localizado na Avenida Doutor Jerson Dias, nº. 500, Bairro Estiva, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, Tel.:(35) 9 9898-6949, desde que observado o prazo de vinte e quatro horas de antecedência da data de abertura do processo.**
 4. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela empresa a qual está vinculado.
 5. Não será admitida a participação de uma única pessoa como representante de mais de um licitante (art. 78, § 8º, da Lei Estadual nº 9.433/05).

IV – DOS ENVELOPES - Os envelopes contendo os documentos de Habilitação e Proposta Comercial deverão ser entregues simultaneamente na Sala de reuniões – Departamento de Licitações do Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves, situado na Avenida Doutor Jerson Dias, nº. 500, Bairro Estiva, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, **ATÉ ÀS 13:45 HORAS DO DIA 25 DE JANEIRO DE 2022,** improrrogavelmente, em envelopes não transparentes, separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, **A IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE**, com os seguintes dizeres:

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**PROCESSO Nº 395/2021
CONCORRÊNCIA Nº 002/2021**

EMAIL/TEL/FAX/ENDEREÇO DA EMPRESA

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL

**PROCESSO Nº 395/2021
CONCORRÊNCIA Nº 002/2021**

EMAIL/TEL/FAX/ENDEREÇO DA EMPRESA

OBS. A IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA EMPRESA COMPREENDE: ENDEREÇO COMPLETO DA EMPRESA E SÓCIOS, TELEFONES FIXOS, FAX E CELULAR DA EMPRESA E DE SEUS RESPONSÁVEIS LEGAIS, ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL DA EMPRESA E DOS RESPONSÁVEIS LEGAIS).

V – DO ENVELOPE DE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A documentação deverá ser apresentada de acordo com o disposto neste Edital e conter, obrigatoriamente, todos os requisitos solicitados, sob pena de inabilitação.

5.1 - A documentação relativa à Habilitação Jurídica consistirá em (Art. 28 da Lei 8.666/93):

- 5.1.1 Cópia autenticada da Cédula de identidade do representante legal da empresa;
- 5.1.2 Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 5.1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 5.1.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 5.1.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 5.1.6 Declaração de mão-de-obra infantil, conforme Lei Federal nº. 9.854/99, de acordo com o MODELO **ANEXO II**.

5.2 - A documentação relativa à Regularidade Fiscal consistirá em (Art. 29 da Lei 8.666/93):

- 5.2.1 Prova de inscrição do **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF** –, da mesma licitante que irá faturar e entregar o objeto licitado;

- 5.2.2 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais)** e à Dívida Ativa da União;
- 5.2.3 Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos emitida pela **Fazenda do Estado**, da sede do licitante;
- 5.2.4 Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de **tributos Municipais**;
- 5.2.5 Prova de Regularidade relativa ao **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço** do “CRF” – Certificado de Regularidade Fiscal expedido pela Caixa Econômica Federal, dentro de seu prazo de validade;
- 5.2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Positiva de **Débitos Trabalhistas** com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

5.3 - Documentação relativa à Qualificação Técnica:

- 5.3.1 Prova de registro ou inscrição da licitante e dos seus responsáveis técnicos junto à entidade profissional competente (CREA ou CAU) a que estiver vinculada a licitante.
- 5.3.2 Indicação do aparelhamento adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, devendo ser indicado, através de declaração da empresa licitante, os equipamentos a seguir relacionados:
 - A) CAMINHÃO MUNCK;
 - B) CESTA NÃO ISOLADA;
 - C) ALICATES HIDRÁULICOS;
 - D) GPS, PARA LOCALIZAÇÃO DE COORDENADAS;
 - E) ESCADAS EXTENSIVAS;
 - F) CESTA PARA I.P.
- 5.3.3 Comprovação da **capacidade técnico-operacional**, por meio de atestado(s) de capacidade técnica-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou obra(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto ora licitado.
- 5.3.4 O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) comprovar a execução no quantitativo mínimo dos itens de maior relevância abaixo listados, em

observância à Súmula 263 do TCU:

- Instalação de transformadores para redes de distribuição aérea;
- Fornecimento e instalação de luminárias em LED, para iluminação pública, na quantidade mínima de 1500 unidades.
- Construção com fornecimento de materiais de rede elétrica subterrânea, com emprego em método não destrutivo;
- Assentamento de postes com altura mínima de 12m;
- Serviço de elaboração de projeto elétrico para iluminação pública;
- Construção com fornecimento materiais de rede de distribuição de energia elétrica classe de tensão mínima de 15Kv;
- Elaboração de projetos de rede elétrica aérea de baixa ou media tensão de iluminação pública para redes de distribuição urbana;
- Execução de serviços de construção de rede elétrica aérea de baixa ou media tensão de iluminação pública para redes de distribuição urbana.

5.3.5 Comprovação de **capacidade técnico-profissional**, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s), similar(es) ao objeto ora licitado. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-profissional deverá(ão) comprovar a execução dos itens de maior relevância a seguir relacionados, conforme inciso, I, do § 1º do art. 30, da Lei nº 8.666/93:

- Assentamento de postes com altura mínima de 12m.
- Serviço de elaboração de projeto elétrico para iluminação pública.
- Instalação de transformadores de capacidade mínima de 15 kva.
- Construção de rede elétrica subterrânea com emprego de método não destrutivo.

5.3.6 Indicação do pessoal técnico, adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se

responsabilizará pelos trabalhos, contendo, no mínimo (01) um engenheiro elétricista como Responsável Técnico.

5.3.7 A comprovação do profissional do quadro técnico da licitante poderá ser feito por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do TCU.

5.3.8 Nos termos do § 10º do art. 30 da Lei 8.666/93, os profissionais indicados pela licitante deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

5.3.9 A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- Localização do serviço;
- Serviços executados (discriminação e quantidades).

5.3.10 - O(s) atestado(s) ou certidão(ões) que não atender(em) a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação.

5.3.11 Justificam-se as exigências de qualificação técnica uma vez que são imprescindíveis à esmerada execução do objeto do contrato, não havendo nenhuma exigência restritiva ou não prevista em lei ou na jurisprudência dos tribunais de contas.

5.3.12 **As visitas técnicas deverão ser realizadas até o dia 14/01/2021, devendo a empresa estar previamente agendada, por meio do telefone: (35) 99898-6949 e ou email licita@itajuba.mg.gov.br (Departamento de Licitação - Secretaria Municipal de Planejamento). MODELO CARTA DE APRESENTAÇÃO DO REPRESENTANTE PARA VISITA TÉCNICA - ANEXO IV.** Devendo juntar ao envelope nº 01- HABILITAÇÃO, o atestado de visita técnica, emitido pela SEMOB.

5.3.13 Caso o licitante opte por não realizar visita técnica nos termos descritos na alínea acima, deverá apresentar declaração de conhecimentos dos locais e condições, **MODELO ANEXO V**, sob pena de inabilitação.

5.4 - A documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira consistirá em:

5.4.1 Capital social mínimo ou patrimônio líquido no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação através de Balanço Patrimonial e as Demonstrações contábeis do último exercício social já exigível;

5.4.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já, exigível e apresentado na forma da lei, assinados por profissional competente e pelos diretores da empresa, vedada a substituição por balancete ou balanços provisórios, comprovando a boa situação econômico-financeira da licitante, consubstanciada nos seguintes índices: de Liquidez Corrente (ILC), igual ou superior a 1,00, Índice de Solvência Geral igual ou superior a 1,00 e Endividamento Geral (EG) menor que 1,00. Os índices serão obtidos pelas fórmulas:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

$$\text{Solvência Geral} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circ + Ex. a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$\text{Índice de End. Geral: } \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} < 1,00$$

Apresentar estes índices e fórmulas já calculadas, em papel timbrado da empresa e/ou escritório de contabilidade, assinado por profissional competente e pelos diretores da empresa, devidamente qualificados, com número de documentos e registro profissional da entidade competente, com carimbo do CNPJ/MF da empresa.

5.4.3 As sociedades anônimas deverão apresentar cópia do balanço publicado assim como as demonstrações contábeis e as demais empresas deverão apresentá-lo, através da cópia extraída do livro diário devidamente arquivado no órgão competente, assinado por contador com registro no CRC e pelo sócio gerente, incluindo o termo de abertura e encerramento;

5.4.4 Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca onde a licitante possua sua sede, com data não superior a sessenta – 60 – dias da data designada para a sessão de recebimento e abertura dos envelopes de habilitação da presente licitação.

5.4.5 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de fotocópia autenticada em cartório ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, desde que perfeitamente legíveis, preferencialmente para agilizar os procedimentos, que estejam numerados e na ordem prevista neste Edital, a licitante poderá ainda autenticar as fotocópias dos documentos na Secretaria Municipal de Planejamento, lotada no Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves, localizado na Avenida Doutor Jerson Dias, nº. 500, Bairro Estiva, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, Tel.: 35 3692-1734, **desde que observado o prazo de vinte e quatro horas de antecedência da data de abertura do processo.**

5.4.6 As certidões que não contiverem prazo de validade expressos na documentação não poderão ter sua data de expedição anterior a **noventa – 90 – dias** da data de abertura dos envelopes de habilitação da presente licitação.

5.4.7 Todos os documentos deverão estar dentro dos seus respectivos prazos de validade.

5.4.8 Declaração, emitida pelo licitante, em papel timbrado, de inexistência de fatos impeditivos à habilitação conforme modelo **ANEXO VI.**

VI – DA PROPOSTA – ENVELOPE 2

6.1 – No envelope nº 02 “Proposta”, devidamente fechado ou lacrado, deverá constar a proposta propriamente dita, em 01 (uma) via, digitada ou escrita de forma legível, de acordo com o modelo de proposta ANEXO XII, fornecido pelo Município, isenta de emendas ou rasuras, rubricada em todas as vias e assinada ao final, juntamente com a planilha orçamentária, composição do BDI, devendo constar, sob pena de desclassificação:

6.1.1 Prazo de validade da proposta;

As assinaturas exigíveis pertinentes;

Indicação da empresa: razão social, endereço completo e CNPJ/MF;

Número da CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

6.2 - Os preços devem ser cotados em moeda nacional, devendo incluir impostos, taxas, seguro e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado. Havendo divergência entre os preços unitário e global, prevalecerá o primeiro.

6.3 - A não-indicação de parcelas referentes aos impostos, taxas, seguro e outros encargos pressupõe que o preço já o inclui.

6.4 - Deverá constar o preço global da proposta, expresso em algarismo e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, em papel timbrado da empresa, assinada por seu representante legal, devidamente identificado.

6.5 – Os preços cotados deverão compreender todos os custos diretos e indiretos e demais despesas necessárias à execução do objeto da licitação tais como impostos, equipamentos diversos, fornecimento de mão de obra.

6.6 – O prazo de validade da Proposta de Preços não deverá ser inferior **a 90 (noventa) dias, contados a partir de sua apresentação.**

6.7 – Não poderão constar das propostas, reduções, descontos e ou ofertas especiais e nem propostas alternativas.

6.8 – Os preços propostos deverão ser expressos em reais.

6.9 – O objeto ora licitado será adjudicado a uma única empresa licitante.

6.10 – O preço máximo total, estipulado para o pagamento pela PREFEITURA à execução dos serviços é de **R\$ 3.981.796,80 (TRES MILHÕES, NOVECENTOS E OITENTA E UM MIL, SETECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS, OITENTA CENTAVOS)**

6.11 – A Administração efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da ordem de serviço por onde correrá a despesa.

6.12 – O fornecimento do (s) serviço (s) desta licitação **deverá iniciar até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da ordem de serviço emitida pela Secretaria responsável.**

6.13 – Os valores devidos pelo Município de Itajubá serão pagos, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos serviços, mediante apresentação da respectiva fatura acompanhado dos demais documentos fiscais.

VII - DA ABERTURA DOS ENVELOPES 01 - HABILITAÇÃO

7.1. Os trabalhos da sessão pública para abertura dos envelopes obedecerão aos trâmites estabelecidos nos subitens seguintes:

7.2. Para a boa conduta dos trabalhos, cada LICITANTE deverá se fazer representar por um único representante;

7.3. Na presença das PROPONENTES e demais pessoas que quiserem assistir à sessão, a COMISSÃO, de posse dos invólucros devidamente fechados, contendo os Documentos de Habilitação e as Propostas de Preços, procederá ao início dos trabalhos.

7.4. Os membros da COMISSÃO e os representantes das LICITANTES, examinarão e rubricarão todas as folhas dos Documentos de Habilitação e Propostas de Preços apresentados;

7.5. Proceder-se-á a abertura dos envelopes 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, com lavratura da respectiva ata.

7.6. A COMISSÃO poderá, ao seu exclusivo critério, proclamar, na mesma sessão, o resultado da habilitação, ou convocar outra para esse fim, ficando cientificados os interessados.

7.7. Em caso de inabilitação de todos os Licitantes, poderá a Administração, a seu critério, convocar as Licitantes para, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentarem nova documentação, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 8.666/93.

7.8. Proclamado o resultado da habilitação, e decorrido o prazo para interposição de recurso, ou no caso de renúncia do direito recursal, a COMISSÃO procederá à abertura das Propostas de Preços das LICITANTES habilitadas.

7.9. Os recursos em qualquer fase da licitação serão interpostos e julgados com estrita observância da lei de licitação, em especial o art.109.

7.10. A COMISSÃO devolverá os envelopes de Propostas de Preços às LICITANTES inabilitadas, se não houver recursos ou, se houver, após sua denegação.

VIII - ABERTURA DOS ENVELOPE 02 - “PROPOSTA DE PREÇO”

8.1. Os envelopes “PROPOSTA DE PREÇO” das Proponentes habilitadas serão abertos a seguir no mesmo local, pela Comissão Permanente de Licitação, desde que haja renúncia expressa de todos os Proponentes de interposição de recursos de que trata o art. 109, I, “a”, da Lei Federal nº 8.666/93. Caso contrário, a data da abertura será comunicada às Proponentes através de publicação no Quadro de Avisos afixado no átrio da Prefeitura ou ata via e-mail, após julgado o recurso interposto, ou decorrido o prazo de interposição.

8.2. Uma vez abertos os envelopes, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões, não podendo as mesmas serem devolvidas após a fase de habilitação.

8.3. Os documentos contidos nos envelopes nº 02 “PROPOSTA DE PREÇOS”, serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, bem como pelas Proponentes ou seus representantes presentes, procedendo-se a seguir à apuração do menor preço.

8.4 O resultado, bem como ocorrências desta sessão serão lavrados em ata.

8.5. - Se ocorrer a suspensão da reunião para julgamento e a mesma não puder ser realizada no dia, será marcada a data da divulgação do resultado pela Comissão Permanente de Licitação, através de publicação no Diário Oficial do Município.

IX - JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1 Após decisão sobre os recursos interpostos na fase de habilitação, processar-se-á o julgamento das propostas das empresas licitantes habilitadas, devolvendo-se os envelopes nº. 02 às empresas licitantes inabilitadas.

9.2 Após aberto os envelopes **Propostas**, todas as vias e folhas serão devidamente rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes das empresas licitantes presentes, concluído o exame destes pelas licitantes, será aberto as licitantes o direito de questionamento referente às propostas apresentadas, os quais constarão em ata. Cumprirá à Comissão anunciar sua decisão de paralização da sessão de abertura e julgamento das propostas para serem encaminhadas para a análise técnica da viabilidade de execução do objeto.

9.3 Após análise das propostas, a Comissão reunirá para analisar o relatório técnico das propostas, e classificará em ordem crescente as empresas licitantes quanto ao **MENOR PREÇO GLOBAL**, na **Planilha de Serviços e Preços Unitários e Total**, devidamente justificado nos termos do edital, atendidas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos, serão comunicado a todas as empresas licitantes habilitadas, abrindo-se então o prazo para a interposição de recursos e contra recursos nos termos do Art. 109 da Lei 8.666/93.

9.4 Julgados os recursos referentes à proposta nos termos do Art. 109 da Lei 8.666/93, a Comissão comunicará o resultado final às empresas licitantes.

9.5 Será qualificada em primeiro lugar e apta a assinar contrato com o Município a empresa licitante que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL, na Planilha de Serviços e Preços Unitários e Total, atendidas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

9.6 No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido ao disposto no parágrafo segundo do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, a classificação far-se-á por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados;

9.7 Serão desclassificadas:

9.7.1 As propostas em que contenham qualquer supressão ou alteração na planilha anexo ao edital;

9.7.2 As propostas que não atendam às exigências deste Edital

9.7.3 Propostas com preços manifestamente inexequíveis, nos termos do artigo 48 da Lei Federal nº. 8.666/93.

9.7.4 Propostas com preço total superior ao estabelecido no subitem **6.10.** deste Edital,

9.7.5 Não serão considerados vantagens não previstas no Edital e seus anexos.

9.8 Classificação

9.8.1 Após o exame das Propostas, a Comissão fará a classificação das mesmas, levando-se em conta o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

9.8.2 A classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos e aceitáveis, constando da ata até o terceiro colocado.

9.8.3 No caso de empate, entre duas ou mais propostas, se não for o caso de direito de preferência às microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da LC nº 123/06, nem de aplicação do disposto no § 2º do art. 3º da Lei 8.666/93, o desempate far-se-á nos termos do § 2º do art. 45 da Lei nº 8.666/93.

X - DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À PRESTAÇÃO ADEQUADA DOS SERVIÇOS

10.1 Cumprir dentro do prazo contratual as obrigações assumidas.

10.2 A empresa licitante vencedora deverá ainda:

10.2.1. Cumprir estritamente as normas e recomendações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT –, dos órgãos ambientais, de segurança do trabalho e pelo MUNICÍPIO na execução dos serviços;

10.2.2 Fazer uso de todos os equipamentos, inclusive os de uso pessoal, necessários para assegurar a plena execução dos serviços objeto desta contratação, dentro dos padrões de qualidade exigíveis, sendo estes de inteira responsabilidade da empresa licitante vencedora;

10.2.3 Manter os equipamentos e ferramentas em perfeitas condições de uso, especialmente as máquinas e o veículo de transporte dos empregados, de forma a evitar acidentes de trabalho e atraso na execução dos serviços respectivamente, assegurando os resultados esperados;

10.2.4 Substituir imediatamente os equipamentos por outros de características idênticas quando os mesmos por qualquer defeito técnico estiverem prejudicando a perfeita execução dos serviços;

10.2.5 Dispor e fazer uso de material e equipamentos de proteção – isolamento – e de segurança pessoal, necessários e obrigatórios à execução destes serviços;

10.2.6 Fazer cumprir os limites de horários dos serviços, devendo a carga de trabalho semanal ser de quarenta e quatro horas – 44 h –, de conformidade com o que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho, devendo a todo trabalho que se fizer necessário além da carga semanal alures referida, executados nos dias de sábados, domingos e/ou feriados, serem pagos como horas extras, por conta exclusivas da empresa licitante vencedora;

10.2.7 Competirá à empresa licitante vencedora e contratada, a admissão e dispensa de empregados dentro das exigências das leis trabalhistas, em conformidade com a Convenção Coletiva dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário de Minas Gerais – Itajubá;

10.2.8 Manter em seu quadro de empregados todas as atividades requisitadas necessárias a execução dos serviços, devidamente registrados, com comprovação mensal deste registro através do Livro de Registro de Empregados, das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, dos depósitos do Fundo de Garantia e da SEFIP;

10.2.9 Todos os profissionais registrados deverão ter comprovada experiência na atividade registrada em Carteira de Trabalho e Previdência Social, com no mínimo seis – 06 – meses de registro na atividade, deverão ser idôneos e de boa apresentação;

10.2.10 Afastar, dentro de vinte e quatro horas – 24 h – da comunicação que por escrito e nesse sentido lhe fizer o MUNICÍPIO, qualquer de seus empregados cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, que não apresentar qualidade, rendimento e experiência na execução dos serviços, correndo por conta exclusiva da empresa licitante vencedora quaisquer ônus legais, trabalhistas e previdenciários, bem como qualquer outra despesa que de tal fato possa decorrer. Os empregados eventualmente afastados deverão ser substituídos por outros, de categoria profissional idêntica;

10.2.11 Fazer cumprir pelo pessoal as normas disciplinares e de segurança que emanarem do MUNICÍPIO por meio de recomendações ou de instruções escritas, além de observar rigorosamente as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;

10.2.12 Refazer, sem qualquer ônus ao MUNICÍPIO, os trabalhos executados deficientemente ou em desacordo com as instruções emanadas da fiscalização do MUNICÍPIO, **se responsabilizando inclusive pelos materiais e mão-de-obra a serem empregados pela correção dos serviços não aprovados pela fiscalização;**

10.2.13 comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na execução dos serviços.

10.2.14 Competirá à empresa licitante vencedora e contratada a cumprir os limites de horário de serviço registrando horário de chegada e saída nas unidades onde prestarão serviços.

10.2.15 Permitir e facilitar a fiscalização e supervisão do MUNICÍPIO e a inspeção dos serviços, em qualquer momento, devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados.

10.2.16 A empresa licitante vencedora contratada deverá fazer um relatório – Livro Diário de Obras – para o registro diário de todas as ocorrências da obra. Deverão ser anotados os serviços, a mão-de-obra – número de empregados e atividades respectivas – os materiais empregados e também qualquer fato referente à obra como: intempéries, mudanças, adaptações, todas as visitas realizadas a obra, entre outras. **O fiscal deverá assinar juntamente com o engenheiro responsável pela obra o Livro Diário de Obras.**

10.2.17 A empresa licitante vencedora contratada deverá executar os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, bem como as instruções, especificações e detalhes fornecidos ou ditados pelo MUNICÍPIO.

10.2.18 A empresa licitante vencedora contratada deverá respeitar e fazer respeitar, sob as penas legais, as determinações do MUNICÍPIO.

10.2.19 A empresa licitante vencedora contratada somente atenderá os chamados de serviço quando for solicitado pelo gestor e ou fiscal do contrato.

10.2.20 Para a perfeita consecução do objeto do presente certame, faz-se necessário o acompanhamento de um engenheiro habilitado conforme este Edital, devendo este responsável, estar presente obrigatoriamente durante os acertos, formas, métodos e detalhamentos para a execução dos serviços, bem como apresentar qualquer interferência em tempo hábil, para que o MUNICÍPIO tome as devidas providências na solução destes, ficando responsável ainda pela execução dos serviços ora licitados, com capacidade e poderes bastantes para representar a contratada perante a Fiscalização do MUNICÍPIO e resolver quaisquer questões inerentes aos serviços.

10.2.21 A empresa licitante vencedora contratada deverá registrar o contrato dos serviços no CREA, e caso o Engenheiro não seja o responsável direto pela empresa, deve-se fazer uma ART de desempenho de cargo para o profissional que acompanhará os serviços.

XI - DAS PENALIDADES

11.1 Caso à adjudicatária se recuse a executar os serviços, ou o faça fora das especificações, a PREFEITURA reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa licitante classificada em segundo lugar, sujeitando a empresa faltosa às penalidades previstas em Lei.

11.2 A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras e serviços, até vinte e cinco por cento – 25% – do valor inicial do contrato;

XII - DO CONTRATO

12.1 Após a homologação do resultado da licitação a licitante classificada em primeiro lugar terá o **prazo de 02 (dois) dias úteis**, a contar da data do recebimento da convocação pelo município, **para assinar por meio de certificado digital**, o contrato, conforme minuta que integra o presente edital (anexo v), podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo município.

12.2 Após a assinatura do Contrato, deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, devidamente quitada pela execução das obras/serviços.

12.3 Farão parte integrante do contrato todos os documentos constituintes do processo da presente licitação.

12.4 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) de acordo com o que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

XIII - DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 A rescisão contratual poderá ser:

13.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

13.1.2 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

13.1.3 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração.

13.1.4 Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8666/93:

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

13.1.5 A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

XIV - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
2. Indicar preposto, aceito pela Administração Municipal de Itajubá, para representá-lo

- durante a execução do contrato, que deverá atender todas as solicitações de imediato;
3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
 4. Ressarcir os danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da ata ou contrato.
 5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados.
 6. Os serviços objeto desta licitação deverão ser vistoriados pelo Engenheiro Fiscal da unidade Contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço(s) e/ou fornecimento(s). O acompanhamento por fiscal indicado pela Secretaria de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos não exime a contratada de arcar com quaisquer ônus que eventualmente possam ocorrer, pelo uso de material estranho ao especificado ou execução inadequada, mão de obra imprópria ou método empregado em desacordo com o projeto executivo (aprovado pelo fiscal e/ou órgão competente).
 7. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.
 8. O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas no projeto básico, acarretará a aplicação de sanções à contratada, de acordo com o estabelecido no edital e na legislação vigente.
 9. O local onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.
 10. A Contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, e crachás com identificação com fotografia, cargo e logomarca da empresa, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização, (EPI e EPC), bem como atender as normas regulamentadoras aplicadas, em especial a NR – 10- Segurança em instalações e serviços em eletricidade.
 11. Caminhões e demais maquinários e equipamentos deverão conter, em ambos os lados da carroceria, placas identificadoras com os seguintes dizeres: À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ – MG.
 12. Fornecer todo material e mão de obra e equipamentos pertinentes à execução dos serviços;
 13. Todos os serviços executados que não apresentarem condições satisfatórias, seja pelo uso de material estranho ao especificado ou execução inadequada, mão de obra imprópria ou método empregado em desacordo ao procedimento executivo da

- Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, deverão ser refeitos, ficando sob inteira responsabilidade da contratada todos os custos, seja de material e ou mão-de-obra, equipamento(s) e etc;
14. A contratada se responsabilizará pela execução dos serviços, pela segurança e estabilidade dos serviços que realizar, inclusive pela boa qualidade e rigor técnico dos mesmos, ficando obrigada a reparar os danos causados por defeitos e ou por vícios e/ou falhas dos produtos e/ou dos serviços prestados, substituindo-os no prazo máximo de 30 dias corridos, contados da notificação da contratada.
 15. A contratada se obriga a concluir, completa e satisfatoriamente, o objeto desta licitação, assumindo toda e qualquer responsabilidade técnica sobre a execução dos serviços, nos termos do Art. 618, do Código Civil Brasileiro.
 16. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.
 17. Obter, se necessário, as licenças prévias e de instalação relativamente às obras, junto aos órgãos de meio ambiente, arcando com os respectivos custos e encargos.
 18. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto desta licitação, em total conformidade com as descrições técnicas do edital e seus anexos.
 19. As equipes responsáveis pelos serviços objeto desta licitação deverão ter à sua disposição todos os equipamentos, ferramentas e veículos compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas.
 20. É de responsabilidade da Contratada o pleno cumprimento das leis e normas regulamentares da execução dos trabalhos e das condições de segurança do trabalho.
 21. Os materiais, necessários para a execução dos serviços objeto do Projeto Básico, serão adquiridos e fornecidos pela Contratada, devendo ser de qualidade atestada pelo INMETRO e normas da ABNT e compatíveis com o padrão adotado pela concessionária de energia elétrica e padrões do Município de Itajubá/MG.
 22. A contratada deverá realizar a limpeza das luminárias, sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos (sem quaisquer ônus ao Município, visto que já está incluso no serviços pagos pela manutenção do parque IP).
 23. A empresa contratada deverá realizar a identificação visual da potência da lâmpada, através de etiquetas para cada I.P. instalada e/ou substituída.
 24. A identificação deverá ser realizada de forma visível por qualquer usuário, que ao se aproximar dos postes possa identificar.
 25. A empresa contratada deverá prestar garantia das lâmpadas de LED que instalar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, que serão contados a partir da instalação/troca de cada uma das luminárias, e em caso de defeito(s) e/ou vício(s) e/ou falha(s), deverá realizar a reposição em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da comunicação da Contratante.

26. A Contratada deverá manter um estoque necessário para trocas emergenciais solicitadas pela Contratante.
27. Para todos projetos de troca de I.P. por luminárias de LED, a Contratada deverá apresentar relatório da medição de luminosidade/Lúmen, quando da entrega do projeto como executado e a Contratante fará vistoria por amostragem sobre os dados do relatório.
28. Todos os projetos de troca de I.P. por LED, deverão constar no sistema da concessionária local (CEMIG/ GEMINI), e apresentado à Contratante, num prazo de até 60 dias da execução do projeto.
29. O(s) boletim(ns) de medição da empresa contratada deverá(ão) conter:
- a) Tipo de prestação de serviços;
 - b) Local da prestação de serviços;
 - c) Data de início e fim da prestação de serviços;
 - d) Discriminação dos produtos utilizados na prestação de serviços;
 - e) Quantidade de produtos utilizados;
 - f) Quantidade de unidade de serviço(s) (US) utilizada para cada serviço;
 - g) E uma coluna com o valor medido dentro do mês e a quantidade acumulada até o mês da medição;
 - h) A fonte para apresentação do(s) boletim(ns) de medição deverá ser Times New Roman tamanho 12, e estes deverão ser entregues em duas vias;
 - i) Relatório fotográfico de cada medição em arquivo jpeg com a respectiva indicação dos endereços nas fotos.
30. A Contratada deverá fazer todas as anotações dos serviços realizados, bem como as que julgar pertinente no diário de obras.
31. A Contratada deverá contar com equipe especializada em poda e supressão de árvores próximas as redes elétricas de alta tensão, e para isso os operadores, bem como os que vierem a lhes substituir, deverão ter certificado de curso TTTRP – 0097 que é ministrado pela CEMIG para o manuseio de motos serra e motopoda.
32. A empresa vencedora deverá apresentar no momento da assinatura do Contrato, o documento que comprove o credenciamento junto à CEMIG – Companhia de Energética de Minas Gerais, para a realização de obras em redes de energia elétrica em Minas Gerais, atualizado e habilitado para execução de Serviços Obra PART 0832 – DTB – Obra Part Redes/ Linhas distribuição até 36.2Kv – com no mínimo 03 UEB – Unidade Estrutural Básica -. 0805 – 0806 – DTB – topografia.
33. Elaborar projetos, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes para sua aprovação, bem como quaisquer licenças e/ou documentos que são ou venham a ser necessários para a realização de quaisquer serviços pertinentes ao objeto desta licitação, junto aos órgãos públicos e/ou privados.

34. Após a conclusão dos serviços as vias deverão ficar completamente livres de obstáculos e entulhos, assegurando dessa forma a livre circulação de pedestres e veículos.
35. Sempre que solicitado pela Contratante, a Contratada deverá apresentar os seguintes ensaios de Laboratórios Oficiais credenciados pelo INMETRO, para todas as luminárias descritas nos itens 2.14, conforme norma ABNT NBR 15129 e NBR IEC 60598-1 Requisitos Gerais e Ensaios:
 - a) Ensaio de Grau Proteção ótico/alojamento.
 - b) Ensaio de Vibração.
 - c) Ensaio de Fotometria.
36. Acréscimo de tensão nos Terminais da Lâmpada.
37. A Contratada, após realizar a troca das luminárias de vapor de sódio, deverá entregar e armazená-las em local determinado pela Contratante.
38. A licitante vencedora, como forma de garantia do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais ora assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, se obriga a prestar garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, após a sua assinatura, por alguma das modalidades de garantias previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

1. A Prefeitura Municipal de Itajubá/MG se obriga a efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
2. Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.
3. Zelar pela boa qualidade do fornecimento, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.
4. Rejeitar todo e qualquer material/serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações do Projeto Básico e deste Edital.
5. Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre imperfeições falhas ou irregularidades constantes no serviço;
6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
7. Atestar o recebimento do serviço contratado no documento fiscal correspondente.
8. Fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

XV - DAS GARANTIAS

A PREFEITURA, para a garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, exigirá da empresa licitante vencedora o valor correspondente a cinco por cento – 5% – do valor do contrato, a título de garantia. A contratada poderá optar por uma das modalidades de garantia previstas no § 1º. do Art. 56 da Lei Federal nº. 8.666/93. A garantia prestada será liberada ou restituída após a execução completa do objeto do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. A empresa licitante vencedora deverá apresentar a garantia citada no tópico, no ato da convocação para assinatura do contrato.

XVI - DOS RECURSOS

Os recursos cabíveis contra quaisquer atos da administração decorrente desta CONCORRÊNCIA PÚBLICA reger-se-ão pelo artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93.

XVII - DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO:

Proclamado o resultado da licitação, o processo será encaminhado ao Chefe do poder Executivo que deliberará sobre a regularidade do certame licitatório, procedendo a sua homologação e posterior ato adjudicatório.

XVIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
02.13.01.15.451.0021.3037/4.4.90.51.00

XIX - DO PREÇO ORÇAMENTÁRIO E DAS PROPOSTAS

1. O valor estimado da obra/serviços licitado é o previsto na planilha orçamentária de custos anexa ao Edital.
2. As licitantes deverão propor preços para todos os itens relacionados na planilha de orçamento anexa, finalizando com o total geral.
3. Nos casos em que a Comissão de Licitações constate a existência de erros numéricos na proposta e/ou planilha apresentada pela licitante, serão procedidas às correções necessárias, para apuração do preço total.
4. Havendo divergência entre o total registrado sob forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último.
5. Havendo divergência entre o valor da proposta e o valor registrado na planilha de orçamento, prevalecerá este último.
6. Havendo divergência entre o valor total e a somatória dos valores parciais, a

- comissão procederá à correção do valor total, mantidos os valores parciais.
7. Havendo divergência entre os preços unitários e os valores parciais, a comissão procederá à correção dos valores parciais mantidos os preços unitários.
 8. Erros no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, conforme jurisprudência do TCU.
 9. As empresas sujeitas ao **regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS** devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.
 10. As empresas licitantes **optantes pelo Simples Nacional** devem apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006, e a composição de encargos sociais não deve incluir os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.
 11. As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI **devem constar das propostas** das licitantes e não podem ser indicada mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.
 12. Nos termos do art. 619 do Código Civil, o licitante que se incumbir de executar a obra/serviços, segundo plano aceito por quem a encomendou, não terá direito a exigir acréscimo no preço, ainda que sejam introduzidas modificações no projeto, a não ser que estas resultem de instruções escritas do Município.
 13. O (s) preço (s) ofertado (s) deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

XX - DO RECEBIMENTO DA OBRA/SERVIÇOS

1. Concluídas as obras/serviços, objeto desta licitação, a contratada solicitará sua aprovação através da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, que fará todas as observações que julgar necessária, rejeitando as obras que não tenham sido executadas nos termos editalícios e contratuais. Nesta hipótese será dado um prazo de 10 (dez) dias para que a contratada, às suas expensas, refaça as obras rejeitadas. Aceitas as obras, a Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos emitirá certificado definitivo de recebimento das obras objeto da licitação, o que possibilitará a

liberação da garantia de execução.

2. A fiscalização das obras contratadas será efetuada por técnicos do Município, que deverão solicitar e assim dispor de amplo acesso às informações e serviços que julgarem necessários.
3. O documento hábil para aferição, comprovação e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução das obras, objeto do presente contrato, poderá ser o Diário de Obras, onde, tanto a CONTRATADA quanto à fiscalização deverão lançar e anotar tudo que julgarem conveniente, buscando a comprovação real do andamento das obras/serviços e execução dos termos do contrato, sendo visado, diariamente, por representante credenciado de ambas as partes.
4. A Obra será recebida provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita ao contratado.
5. O Recebimento definitivo será promovido em até 90 (noventa) dias corridos por servidor ou comissão designada pelo Secretário de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, também com a emissão de termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.
6. O prazo de 90 (noventa) dias para o recebimento definitivo poderá ser ultrapassado em casos excepcionais, devidamente justificados.
7. Obras e serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo com as Especificações Técnicas deverão ser refeitos imediatamente, ficando a mesma sujeita às sanções previstas no presente Edital.

XXI - DA FISCALIZAÇÃO - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da prestadora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei no 8.666/93.
3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, e anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado, assegurado sempre o direito de ampla defesa.

1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade, assim como sua revogação por interesse público não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei Federal nº. 8.666/93;
2. É facultada à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
3. A apresentação da proposta implica na aceitação plena e total das condições deste Edital e de seus Anexos, conforme declaração.
4. São partes integrantes deste Edital:
 - a) Apresentação do Representante para a sessão de abertura dos envelopes de documentação e proposta (Credenciamento) - Anexo I
 - b) Modelo de Carta de Mão de obra Infantil - Anexo II
 - c) Declaração de Disponibilidade de Máquinas, equipamentos e pessoal Técnico – Anexo III
 - d) Modelo de Carta de Apresentação do Representante para a visita técnica (caso houver) – Anexo IV
 - e) Declaração de conhecimentos dos locais - Anexo V
 - f) Declaração de inexistência de fatos impeditivos - Anexo VI
 - g) Declaração de que o responsável detentor dos atestados técnicos será o responsável técnico pela Obra - Anexo VII
 - h) Minuta de Contrato - Anexo VIII
 - i) Termo de Referência - Anexo IX
 - j) Tabela de Unidade de Serviço - US - Anexo X
 - k) Planilha Orçamentária - Anexo XI
 - l) Modelo de Proposta – Anexo XII

Itajubá-MG, 20 de dezembro de 2021.

Fernando Porfírio da Silva
Presidente da CPL